

Concurso é bom sim

Para toda e
qualquer obra
pública*

Jorge Osvaldo Caron**



Figura da página anterior:
Desenho de Jorge O. Caron da série "Mãos e Pés". Fonte: Acervo Jorge Caron. (Imagem acrescentada pelos editores desta edição temática ao presente texto)

Por quê concurso?

A primeira resposta, a mais imediata, é que o concurso traz a possibilidade de um projeto ao alcance do corpo de arquitetos como um todo. Sem diferença de postura, geração, escola. Permite o aflorar e o reconhecimento público de valores, talentos. A resposta é inegavelmente verdadeira, mas insuficiente.

Poderia complementar com o seguinte: o concurso de projeto torna a sociedade - como um todo - responsável pela obra que vai ser executada. Pela escolha, claro, mesmo que embaraçosa.

Analisando apenas essas duas respostas fica evidente, em primeiro lugar, a necessidade de que os concursos estejam ao alcance de todos os arquitetos. Segundo, que o projeto e obra, como cara e coroa, são faces de um mesmo fenômeno. Terceiro, que esse fenômeno é de responsabilidade social. Como corolário, decorre que esta responsabilidade social é cultural, política e econômica, não nesta ordem nem em qualquer outra, senão de forma ingrata.

Vamos por partes, então. Iniciando pelo primeiro ponto: nem sempre os concursos estavam ao alcance dos profissionais. Em um primeiro estágio, primitivo, a posição corporativa do grupo incipiente de arquitetos fez promover concursos estilo movimento. Resultado: pela exiguidade de ocasiões, das ideias às peças gráficas, tudo era contagiado pela monumentalidade. Neste primeiro momento, o concurso atingiu a maioria dos arquitetos, que eram poucos. Em um estágio mais avançado, a corporação já estratificada, com cânones. Pronto: o concurso já elitizou. Seja pelo valor econômico da produção, já que as peças gráficas teriam que ser elaboradíssimas, apresentações milionárias apoiadas em altíssimo número de horas profissionais.

Inverter esse processo, des-elitizar o concurso é, portanto, generalizar a temática e tornar menos onerosa a participação dos arquitetos. Em países em que todas as obras públicas são objetos de concurso de projetos, em dez anos um profissional costuma ter participado em algo como quarenta concursos. E vencido alguns, é claro. Da forma como se fazem os concursos em nosso país, é impossível manter essa média.

Pulando para o segundo ponto, mas sem querer me estender, reconheço que, socialmente, projeto e obra são indissolúveis. Fenômeno complexo, de elaboração coletiva onde o arquiteto é participante legítimo. O exercício do projeto desvinculado pertence ao campo teórico, se desenvolve na área acadêmica. Mas isto nos leva ao terceiro ponto.

* Texto publicado originalmente na Revista Sasp, São Paulo, v. 90, 1988.

** Jorge Osvaldo Caron foi Arquiteto e Urbanista, Cenógrafo, Designer e Docente do atual Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

A sociedade tem aspirações e carências. É de sua responsabilidade suprir as últimas cumprindo as primeiras. Para isto, ela deve usar todos os seus instrumentos, desde o governo que escolhe ao poder de seus setores. Em termos nossos: ao realizar uma obra, cobrindo uma necessidade, cabe às forças sociais cumprir as suas aspirações culturais. Para mim, isto leva a que não só todas as obras públicas devam ser objeto de concurso. A guarda da cultura não está a cargo de qualquer corporação auto-eleita para tal, mas dos cidadãos. O profissional é, antes de tudo, um cidadão e como tal é que caminha as aspirações de seu povo. E como intérprete, o arquiteto não é exclusivo tradutor dos valores culturais. Basta olhar em volta para não sentir-se só.

Há um ponto que fica flutuando. O Estado, mesmo representativo e escolhido, coloca-se, frequentemente, na posição de produtor de projetos de arquitetura. Em nome da economia no nível da obra, propõe uma produção interna serializada de projetos. Duas falácias. Primeira: a obra vai sempre custar o valor de mercado, e as máquinas burocráticas destinadas a projetar superam o custo real dos projetos. Segunda: ao Estado cabem os projetos sociais e econômicos conforme aos programas políticos que o sustentam. Os projetos de normatização, o planejamento, a gerência. Cabe ao Estado promover a indústria dos insumos para a construção e não a industrialização dos projetos. Cabe ao Estado o projeto cultural como um todo e não o de arquitetura em particular.

Em resumo, entendo que todas as obras públicas devam ser objeto de concurso ao alcance de todos os arquitetos, sujeitos ao veredito dos cidadãos envolvidos. Há muito mais a se dizer sobre concursos. Mas aqui já se tem um número de contradições enorme que nos cabe resolver.